



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento  
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - [www.defensoria.ro.def.br](http://www.defensoria.ro.def.br)

Edital de Licitação Nº 0074759/2022

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2022/CPCL/DPE/RO**

**EDITAL Nº 017/2022/CPCL/DPE/RO**

<b>Data de abertura: 05/08/2022</b>		<b>Horário de abertura:</b> 09h00min	
<b>Sistema eletrônico:</b> <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a>		<b>Observação:</b> Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília - DF	
<b>Processo SEI:</b> 3001.101003.2022	<b>SRP?</b> Sim	<b>Exclusiva ME/EPP?</b> Não	<b>Reserva de cota?</b> Não
<b>Objeto:</b> Registro de Preços para futura e eventual aquisição de 22 (vinte e dois) veículos, para atender as demandas da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.			
<b>Valor total estimado:</b> R\$ 3.337.253,38 (três milhões trezentos e trinta e sete mil duzentos e cinquenta e três reais e trinta e oito centavos).			
<b>Impugnações e Pedidos de esclarecimentos:</b> Até <b>02/08/2022</b> para o endereço <a href="mailto:licitacao@defensoria.ro.def.br">licitacao@defensoria.ro.def.br</a>		<b>Modo de Disputa:</b> Aberto	<b>Amostra?</b> Não
<b>Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares:</b> <b>02 (duas) horas</b> após convocação do pregoeiro.			

<b>Requisitos básicos:</b> 1. SICAF ou documentos equivalentes; 2. Certidão do CAGEFIMP; 3. Consulta pelo pregoeiro aos cadastros informativos CAGEFIMP, CEIS e CNIA;	<b>Requisitos específicos</b>  <i>Vide termo de referência</i>
<b>Observações Gerais</b> -	
<b>Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho – RO</b> <b>Fone: 69 3217-4713 / (69) 99348-3068</b>	

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2022/CPCL/DPE/RO

### EDITAL Nº 017/2022/CPCL/DPE/RO

#### Ampla Participação

A **Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE/RO**, através de seu **Pregoeiro** e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 1272/2021-GAB/DPE de 3 de novembro de 2021, publicado no D.O.E. nº 607 – ano II, de dia 03 de novembro de 2021, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação, na modalidade **Pregão**, em sua forma **eletrônica**, do tipo **menor preço**, com **adjudicação por item**, mediante **fornecimento parcelado**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, elaborado em conformidade com a Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, com a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Federal nº 6.729/1979, Lei Estadual nº 2.414/2011, Decretos Estaduais nº 26.182/2021, nº 16.089/2011 e nº 21.675/2017, Decreto Federal nº 10.024/2019 e suas respectivas alterações, e com outras legislações vigentes.

#### DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

**DIA:** 05 de agosto de 2022.

**HORÁRIO:** 09h00min (horário oficial de Brasília/DF)

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

**UASG:** 926224

#### 1. DO OBJETO, PRAZO, LOCAL E RECEBIMENTO:

**1.1. DO OBJETO:** A presente licitação tem como objeto o **registro de Preços para futura e eventual aquisição de 22 (vinte e dois) veículos, para atender as demandas da Defensoria Pública do Estado de Rondônia**, conforme quantidades, condições e especificações minuciosamente descritas neste Edital e seus anexos.

**1.1.1.** A licitação será realizada por item.

**1.1.2.** O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**1.1.3.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão às últimas.

**1.2. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:** Conforme descrito nos itens **05** e **06** do Termo de Referência.

## **2. DO VALOR ESTIMADO:**

**2.1.** O valor estimado da licitação é de **R\$ 3.337.253,38 (três milhões trezentos e trinta e sete mil duzentos e cinquenta e três reais e trinta e oito centavos).**

## **3. DA AUTORIZAÇÃO:**

**3.1.** A realização desta licitação encontra-se devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas, conforme **Processo SEI nº 3001.101003.2022**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

## **4. DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO:**

**4.1.** Os recursos orçamentários para dar cobertura à realização da despesa estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício **2022**, por meio da programação: **30.011.03.122.2046.1026**; natureza da despesa: **4.4.90.52**; fonte de recurso: **0230/0630**; unidade orçamentária: **30011 - Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia - FUNDEP.**

## **5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**

**5.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

**5.1.1.** A impugnação poderá ser realizada de forma eletrônica, por meio do e-mail: [licitacao@defensoria.ro.def.br](mailto:licitacao@defensoria.ro.def.br) ou protocoladas na DPE/RO, situada à Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846, Porto Velho, Rondônia, em dias úteis nos horários de **08h30min às 14h30min (horário oficial de Brasília/DF).**

**5.1.2.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 1 (um) dia útil antecedente à data marcada para a abertura da licitação.

**5.1.3.** Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**5.2.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do e-mail [licitacao@defensoria.ro.def.br](mailto:licitacao@defensoria.ro.def.br).

**5.2.1.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos até a data definida para a sessão inaugural e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do termo de referência.

**5.3.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**5.4.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser

motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**5.5.** As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e divulgados nos sítios eletrônicos [www.defensoria.ro.def.br](http://www.defensoria.ro.def.br) e [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), disponíveis para consulta por qualquer interessado.

**5.6.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos vincularão os participantes e a Administração.

## **6. DO CREDENCIAMENTO:**

**6.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**6.2.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

**6.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**6.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**6.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**6.5.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

## **7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:**

**7.1.** Poderão participar deste **Pregão** fabricante, concessionários ou fornecedor autorizado pelo fabricante, cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio do sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**7.2.** Não poderão participar deste **Pregão**:

**7.2.1.** Consórcio de empresas: Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços;

**7.2.2.** Empresa que estiver em processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

**7.2.3.** Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**7.2.4.** Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, durante o prazo da sanção, conforme art. 7º, da Lei nº 10.520/2002;

**7.2.5.** Empresa punida com suspensão temporária (art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93) do

direito de licitar e contratar com o Órgão/Entidade Contratante, durante o prazo de sanção;

**7.2.6.** Empresário proibido de contratar com o Poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), durante o prazo de sanção;

**7.2.7.** Empresário proibido de contratar com a Administração Pública, em razão do disposto no art. 72, parágrafo 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes ambientais), durante o prazo de sanção;

**7.2.8.** Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

**7.3.** A participação nesta licitação importa o **licitante** a irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, independentemente de declaração expressa. A não observância dessas condições ensejará o sumário impedimento da participação do **licitante** no referido certame.

**7.3.1.** Não cabe à **licitante**, após a abertura da sessão pública, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, o **licitante** deverá ler atentamente o Edital e seus anexos.

**7.4.** Como requisito para participação neste **Pregão**, o **licitante** deverá se manifestar nas seguintes declarações, em campo próprio do sistema eletrônico:

**a)** Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

**b)** Declaração de ciência e concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem assim de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação previstos;

**c)** Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

**d)** Declaração expressa do responsável pela firma de que ela não está impedida de participar de licitações promovidas por órgãos ou entidades públicas;

**e)** Declaração de que é microempresa e empresa de pequeno porte, e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar, se for o caso;

**f)** Declaração de elaboração independente de proposta;

**g)** Declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado, nos termos do art. 1º, III e IV, e art. 5º, III, da Constituição Federal;

**h)** Declaração de Acessibilidade, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

**7.4.1.** Em caso de omissão, o **licitante** será desclassificado.

**7.4.2.** A **declaração falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, emprego de menor, elaboração independente da proposta, enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência, e sobre a não utilização de trabalho degradante ou forçado sujeitará o **licitante** às sanções previstas neste Edital e nas leis.

## **8. DO CADASTRO DA PROPOSTA DE PREÇOS E ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**8.1.** O **licitante** credenciado a participar deste **Pregão**, deverá enviar exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos no edital e a proposta com a

descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, sendo considerados inválidos os documentos enviados por meio diverso.

**8.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**8.3.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**8.4.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**8.5.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**8.6.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**8.7.** O **licitante** deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no **sistema eletrônico**, dos seguintes campos, sempre que estes estiverem disponíveis:

a) Preço unitário e total;

b) Marca/modelo/fabricante;

c) Descrição detalhada do objeto ofertado.

**8.8.** No caso de haver divergência entre a descrição do código CATMAT/CATSER no sistema eletrônico e o disposto no Edital, o licitante deverá obedecer ao que está disposto no Edital.

**8.9.** Neste Pregão, será declarada a proposta mais vantajosa aquela que preencher os requisitos de adequabilidade ao objeto da contratação, observando os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital, inclusive o preço.

**8.10.** Nos preços propostos devem estar incluídos todos os custos diretos ou indiretos que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação devem estar inclusos nos preços cotados, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, fretes, seguros, embalagens, transporte, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e demais encargos.

**8.11.** É **vedada** a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

**8.12.** O prazo de validade da proposta comercial será de **60** (sessenta) dias, a contar da data marcada para a abertura das propostas, podendo ofertar prazo superior, declarando-o expressamente no campo "descrição complementar".

**8.13.** No julgamento da habilitação e das propostas, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, sempre assegurada, a todos os **licitantes**, paridade de tratamento neste aspecto.

## **9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

**9.1.** A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**9.1.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a

realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do **Pregoeiro** de data diversa.

**9.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e o **licitante** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**9.3.** Cabe ao **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**9.4.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, dentre as quais:

- a) Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;
- b) Não atenderem aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
- c) Apresentarem irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento objetivo por parte do **Pregoeiro**;
- d) Apresentarem vantagem baseada nas ofertas dos demais **licitantes**, exceto o preço, obedecida a formulação de lances;
- e) Valores unitários e/ou global superiores ao máximo aceito;
- f) Apresentarem preços unitários simbólicos, preços irrisórios ou com valor zero;
- g) Preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são compatíveis com a execução do objeto;
- h) A proposta que identifique o **licitante**;
- i) Apresentarem proposta alternativa.

**9.4.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**9.4.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

**9.4.3.** O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados da intimação, e seu julgamento observará as disposições presentes no art. 44, §3º c/c art. 48, II, ambos da Lei nº 8.666/1993.

## **10. DA DISPUTA E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

**10.1.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de disputa.

**10.2.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**10.3.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**10.3.1.** O lance deverá ser ofertado pelo O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

**10.4.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**10.5.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e



registrado pelo sistema.

**10.6.** O intervalo mínimo de **diferença de valores em percentuais** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)**.

**10.7.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**10.8.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**10.9.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**10.10.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**10.11.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**10.12.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**10.13.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

**10.13.1.** Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

**10.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**10.15.** Durante o transcurso da fase de disputa, o **licitante** será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora do lance.

**10.16.** No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**10.16.1.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**10.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**10.18.** Encerrada a etapa de lances, ocorrendo à situação denominada **empate ficto**, prevista no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema eletrônico se encarregará **automaticamente** de assegurar o exercício dos direitos inerentes à preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma regulamentada pelo art. 45 do mesmo estatuto.

**10.18.1.** Para tanto, faz-se necessário que no campo próprio trazido pelo sistema eletrônico, o **licitante** manifeste cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

**10.18.2.** O **licitante** que deixar de assinalar o referido campo não terá **direito** a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

**10.18.3.** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas



microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados forem iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores a melhor proposta ou melhor lance, desde que esta também não se enquadre nessas categorias.

**10.18.4.** Encerrado os lances, o sistema identificará automaticamente a existência da situação de empate na sala de disputa, informando o nome do **licitante**. Em seguida, será convocado o **licitante** que se encontre em situação de empate para, no prazo de **5 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o item/grupo.

**10.18.5.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**10.18.6.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, que se encontrem empatados no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

**10.19.** Persistindo empate após a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Estadual nº 21.675/2017, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.20.** Na hipótese de prosseguir o empate após a aplicação do art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**10.21.** Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, o **Pregoeiro** poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, **contraproposta** ao **licitante** que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

**10.21.1.** A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais **licitantes**.

**10.22.** Todas as informações relativas à sessão pública deste Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

**10.23.** Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e neste Edital.

**10.24.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:**

**11.1.** Encerrada a fase de negociação, o pregoeiro solicitará que o licitante melhor classificado, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**11.2.** A proposta de preços enviada pelo sistema deverá conter:

**a )** Razão social da proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, agência e respectivo banco, telefone/fax e endereço eletrônico (e-mail);

**b )** Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, marca, modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

**c )** Valor unitário e valor total do item;

**d)** Prospecto, manual e/ou catálogo, com descritivos técnicos detalhados, expedido pelo fabricante do material ofertado.

**e)** Comprovação de garantia do material, a qual deverá ocorrer através de documentação do fabricante de domínio público, sendo aceitas declarações do fabricante ou fornecedor.

**11.2.1.** Se o **licitante** não encaminhar as documentações relativas às letras “**d**” e “**e**” do item **12.2**, o **Pregoeiro** consultará os sítios dos fabricantes do objeto apresentado e, caso não logre êxito, o **licitante** terá sua proposta recusada.

**11.2.2.** Os prazos estabelecidos pelo Pregoeiro poderão ser prorrogados por solicitação escrita e justificada do licitante, via sistema, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceitos pelo Pregoeiro.

**11.3.** O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas do objeto e quanto ao preço estimado, oportunizando a adequação destes aos valores praticados no mercado.

**11.4.** O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da DPE/RO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**11.5.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**11.6.** Será **desclassificada** a proposta que apresentar preço final **superior ao preço máximo fixado** ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**11.6.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**11.6.2.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**11.7.** Incumbe ao Pregoeiro, na fase de julgamento, promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo o licitante atender às solicitações, podendo inclusive convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, estabelecendo prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

**11.7.1.** Havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares, tais como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

**11.8.** Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, poderá o **Pregoeiro**, a seu exclusivo critério, suspender a respectiva sessão.

**11.8.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**11.9.** Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Pregoeiro**.

**11.10.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o **Pregoeiro** examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**11.10.1.** Na hipótese em que o **Pregoeiro** não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**11.10.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**11.11.** Havendo necessidade, o **Pregoeiro** suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

**11.12.** Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

**11.13.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **12. DA HABILITAÇÃO:**

**12.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** As declarações prestadas em campo próprio do sistema;

**b)** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

**c)** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414/2011;

**d)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, da Controladoria-Geral da União - CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; e,

**e)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada.

**12.1.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**12.1.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**12.1.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**12.2.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**12.3.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**12.4.** Caso atendidas as condições de participação, serão analisados os documentos enviados pelo licitante **juntamente** com a proposta de preços.

**12.5.** O licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

### **12.5.1. Habilitação Jurídica:**

**a)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a

Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

**b)** Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

**c)** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**d)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**e)** Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o envio de outorga por instrumento público ou particular (com firma reconhecida), com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular lances, negociar preços, receber intimações e notificações, desistir ou não de recursos, bem como praticar os demais atos pertinentes ao certame;

**f)** Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da licitação, se for o caso.

#### **12.5.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

**b)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio da **licitante**, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**c)** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, dentro da validade;

**d)** Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (GRF), dentro da validade;

**e)** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em conformidade com a Lei nº 12.440/2011, dentro da validade;

**f)** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

**g)** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade.

#### **12.5.3. Qualificação Econômico-Financeira**

**a)** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

**b)** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, contendo os índices de **Liquidez Geral**, **Liquidez Corrente** e **Solvência Geral** iguais ou superiores que 01 (um), salvo se microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, nos termos do art. 3º do Decreto Federal nº 8.538/2015.

#### **12.5.4. Qualificação Técnica:**

**a)** Atestado, certidão ou declaração de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando o desempenho do **licitante**, de forma satisfatória, em fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos,

com o objeto desta licitação. Será permitido o somatório de atestados para comprovação da capacidade técnica.

**12.5.5.** É dispensada a apresentação de documentos de habilitação, indicados, desde que estes estejam válidos e disponíveis para consulta no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**.

**12.5.6.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, **ou encaminhar**, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**12.5.7.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**12.6.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e **já apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas)** horas, sob pena de inabilitação.

**12.7.** A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pelo Pregoeiro via *online*, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade do licitante a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação, pelo Pregoeiro, para o envio dos mesmos.

**12.8.** A documentação exigida deverá ter validade mínima até a data prevista para a sessão pública. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição.

**12.9.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

**12.10.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, é assegurado o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora desta licitação, prorrogável por igual período, a critério da DPE/RO, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**12.10.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**12.11.** A não regularização da documentação no prazo previsto implicará na **decadência** do direito à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado à DPE/RO convocar os **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação ou, ainda, revogar esta licitação.

**12.12.** Para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, serão igualmente aceitas certidões negativas e as certidões positivas com efeitos de negativas.

**12.13.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o **Pregoeiro** suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade do certame.

**12.14.** Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

**a)** Se o **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

**b)** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz; e,

c) Se o **licitante** for a matriz e a fornecedora do objeto neste Edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

**12.15.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o **licitante** será declarado vencedor.

### **13. DOS RECURSOS:**

**13.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**13.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**13.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**13.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**13.2.3.** As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de **03 (três) dias**.

**13.2.4.** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **03 (três) dias**, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**13.2.5.** Para efeito do disposto no art. 109, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, fica à vista dos autos franqueada aos interessados.

**13.3.** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.4.** Julgado o recurso a decisão será publicada no sistema eletrônico.

### **14. DA REABERTURA DA SESSÃO:**

**14.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**14.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**14.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**14.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat” e “aviso”).

### **15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:**

**15.1.** Na ausência de recurso, caberá ao **pregoeiro** adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

**15.2.** Havendo recurso, a **autoridade competente** adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

## **16. DO REGISTRO DE PREÇOS:**

### **16.1. Da assinatura da ata e cadastro de reserva de fornecedores:**

**16.1.1.** Homologada a licitação, terá o adjudicatário o prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**16.1.2.** A Administração disponibilizará acesso ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI para adjudicatária assinar a Ata de Registro de Preços.

**16.1.3.** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

**16.1.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**16.1.5.** Com o objetivo de formar cadastro reserva de fornecedores, no caso de exclusão do primeiro colocado, será incluído na respectiva ata o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame.

**16.1.6.** As sanções descritas no Termo de Referência, Anexo I do Edital, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

### **16.2. Do prazo de validade da Ata de Registro de Preços:**

**16.2.1.** Será de **12 (doze) meses** o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, contados da data da publicação do extrato no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

**16.2.2.** A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da Ata de Registro de Preços, ainda que a(s) aquisição(ões) decorrente(s) tenha(m) que ser efetuado após o término de sua vigência.

### **16.3. Da realização periódica de pesquisa de mercado:**

**16.3.1.** Nos termos do art. 10, inciso X do Decreto Estadual 18.340/13, será realizada periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade, nos moldes previstos no artigo 34 do referido Decreto.

### **16.4. Da revisão dos preços registrados:**

**16.4.1.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 1993.

**16.4.2.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços.

**16.4.2.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.



**16.4.2.2.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**16.4.3.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**16.4.3.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

**16.4.3.2.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**16.4.3.3.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**16.4.4.** Será admitida solicitação de revisão de preços de que trata o item **16.4.3**, quando tratar-se de produto cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público, depois de cumprido o disposto no inciso item **16.4.3.2**.

**16.4.4.1.** A revisão de preços prevista no subitem anterior poderá ser efetivada mediante requerimento do detentor da ata, que deverá fazê-lo antes do pedido de fornecimento e, deverá instruir o pedido com a documentação probatória de majoração do preço do mercado e a oneração de custos.

**16.4.5.** Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

**16.4.5.1.** A revisão de preços prevista no subitem anterior precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

**16.4.5.2.** Comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ata; os preços poderão ser revisados conforme disposto no subitem **16.4.5**.

**16.4.5.3.** Comprovada a minoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da ata convocará os licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em adequar o preço registrado em ata, de modo que o órgão, mediante análise de vantajosidade e probidade das licitantes, poderá realizar, a seu critério técnico, os trâmites administrativos cabíveis para o cancelamento do item da ata.

**16.4.5.4.** A revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

## **16.5. Do cancelamento da Ata de Registro de Preços:**

**16.5.1.** O registro do fornecedor será cancelado quando:

**16.5.1.1.** Descumprir total ou parcialmente as condições da ata de registro de preços;

**16.5.1.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**16.5.1.3.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

**16.5.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei n. 8.666, de 1993, ou no artigo 7º da Lei n. 10.520, de 2002.

**16.5.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens **16.5.1.1**, **16.5.1.2** e **16.5.1.4** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**16.5.3.** O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nos subitens **16.5.1.1** e **16.5.1.2** acarretará, ainda, a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**16.5.4.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

**16.5.4.1.** Por razão de interesse público; ou

**16.5.4.2.** A pedido do fornecedor.

## **16.6. Da adesão a Ata de Registro de Preços:**

**16.6.1.** Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, Municipal ou Distrital que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

**16.6.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**16.6.3.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**16.6.4.** As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**16.6.5.** Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

## **17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:**

**17.1.** Após homologação do certame, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

**17.2.** O adjudicatário terá o prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**17.3.** A Administração disponibilizará acesso ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI para adjudicatária assinar/receber o Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

**17.4.** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato ou instrumento equivalente, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

17.5. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa da Ata ou Contrato por via postal, para assinatura da adjudicatária.

## 18. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

18.1. Conforme prazos e condições descritos no item **07** do Termo de Referência.

## 19. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

19.1. As obrigações estão dispostas no item **08** do Termo de Referência.

## 20. DO PAGAMENTO:

20.1. O pagamento será realizado na forma do item **09** do Termo de Referência.

## 21. DAS SANÇÕES:

21.1. As sanções serão aplicadas na forma do item **11** do Termo de Referência.

## 22. DO REAJUSTE:

22.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato.

## 23. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

23.1. Os **licitantes** deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução contratual, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

## 24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

24.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse da **Defensoria Pública do Estado de Rondônia**, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que o **licitante** tenha direito a qualquer indenização.

24.2. Os **licitantes** estão cientes das condições para participação no certame e são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, implicará na anulação do empenho ou na rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não conferindo direito a qualquer indenização ou ressarcimento, independente do resultado da licitação.

24.4. É facultado ao **Pregoeiro** ou à **Autoridade Superior**, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

24.5. As comunicações oficiais referentes ao presente objeto poderão ser realizadas através de **e-mail** corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pelo **licitante**.

24.5.1. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura pelo destinatário. Na ausência da confirmação, será considerada válida a comunicação na data do término do prazo de **2 (dois)**

**dias úteis**, contados da data do envio.

**24.6.** As normas que disciplinam este **Pregão** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**24.7.** Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

**24.8.** Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**24.9.** Os casos omissos serão resolvidos pelo **Pregoeiro**, que decidirá com base na legislação em vigor.

**24.10.** É **vedado** transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste instrumento.

**24.11.** Este Edital encontra-se à disposição dos interessados nos sítios [www.defensoria.ro.def.br](http://www.defensoria.ro.def.br) ou [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), bem como na sala da Comissão Permanente de Compras e Licitações, situada na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho – RO, no horário das 08h30min às 14h30min (horário oficial de Brasília/DF), onde poderá ser retirado em meio físico ou eletrônico, sem ônus para a DPE/RO, com estes arcando o interessado, tais como fotocópia, ou trazendo o CD-R, ou *pen drive* próprio.

**24.12.** O **Pregoeiro** e **Equipe de Apoio** encontram-se à disposição para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares no endereço supracitado ou pelo telefone **(69) 3217-4713** ou **(69) 99348-3068**, e ainda pelo e-mail [licitacao@defensoria.ro.def.br](mailto:licitacao@defensoria.ro.def.br). O **Pregoeiro** não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ele em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto desta DPE/RO quanto do emissor.

## **25. DOS ANEXOS:**

**25.1.** Fazem parte integrante do presente Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**25.1.1.** Anexo I - Termo de Referência (id. 0073447);

**25.1.2.** Anexo II - Estimativa de Preços (id. 0068573);

**25.1.3.** Anexo III - Modelo de Proposta de Preços (id. 0068575);

**25.1.4.** Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços (id. 0068579); e,

**25.1.5.** Anexo V – Minuta de Contrato (id. 0068596).

## **26. DO FORO:**

**26.1.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Porto Velho/RO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Porto Velho - RO, na data da assinatura.**

**Luan Hortiz Campos**

Pregoeiro

**Adriana Larissa Freitas dos Santos**

Equipe de Apoio

**Antônio Carlos Mendonça Tavernard**

Equipe de Apoio



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Pregoeiro(a)**, em 25/07/2022, às 08:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 25/07/2022, às 08:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 25/07/2022, às 10:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0074759** e o código CRC **30EED352**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.101003.2022.

Documento SEI nº 0074759v6



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento  
Diretoria Administrativa  
Departamento de Transportes

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

**Processo nº:** 3001.101003.2022

**Tipo:** Licitação

**Assunto:** P. A. Físico: 3001.0805.2020 - Aquisição de veículos para substituição parcial da frota atual.

## **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES – RENOVAÇÃO DA FROTA E CARRO ADAPTADO – PARA A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.**

### **ADENDO MODIFICADOR Nº 6**

#### **1. INTRODUÇÃO**

- 1.1.** Este Termo visa assegurar os melhores resultados possíveis para o processo licitatório, sem frustrar o caráter competitivo da sua execução, atendendo e resguardando os interesses da Administração Pública.
- 1.2.** A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- 1.3.** Assim, elaboramos o presente Termo, o qual contém todas as informações necessárias para dar subsídios à aquisição pretendida.

#### **2. OBJETO**

- 2.1.** O presente Termo de Referência, em atendimento aos dados levantados no estudo técnico preliminar, visa a **futura e eventual aquisição de 22 (vinte e dois) veículos**, seguindo as especificações expostas no Anexo - I deste Termo, para atender as demandas da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, sendo um deles excepcionalmente adequado às necessidades da comarca de Guajará-Mirim, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 2.2.** A aquisição será realizada através do Sistema de Registro de Preços, por menor preço por item, sendo a opção mais prática para a Defensoria Pública, em razão do exíguo espaço na sede da instituição para recebimento, armazenamento e posterior distribuição de todos os veículos ao mesmo tempo.

#### **3. JUSTIFICATIVA**

- 3.1.** A presente aquisição supre o não atendimento integral da renovação da frota (processo 3001.1246.2017/DPE-RO), iniciada em 2019, motivada por relatório de levantamento patrimonial de 2017, apresentado por Comissão de Inventário desta DPE-RO, que constatou o elevado tempo de uso dos veículos e seu conseqüente desgaste ocasionando alto custo em manutenção, algumas vezes superior ao próprio valor de mercado do veículo disposto na tabela FIPE e,
- 3.2.** Justifica-se também, em atenção ao despacho do Subdefensor Público-Geral do Estado referente a solicitação da Defensoria Pública de Guajará-Mirim que se baseia no Mem. nº 005/2021-

DPE/GM e laudo de avaliação de deficiência física e/ou visual do Departamento Estadual de Trânsito, no qual foi diagnosticada a deficiência física Monoparesia em servidor, Oficial de Diligência, da comarca de Guajará-Mirim e prescreve uma adaptação veicular obrigatória com **transmissão automática e direção hidráulica**.

**3.3.** Além de atender os princípios da eficiência e economicidade que devem ser mantidos pela Administração Pública, a intenção das aquisições visa também a prevenção contra ocorrência de acidentes de trânsito e a manutenção da segurança e bem-estar dos condutores desta Instituição.

#### **4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES**

**4.1.** Todas as características deste termo são parâmetros mínimos exigidos para o fornecimento, sendo permitida a oferta de veículo(s) com característica(s) superior(es), a ser avaliado pela Administração conforme especificações detalhadas no Anexo - I deste Termo e quantidades estabelecidas abaixo:

<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>UNID</b>	<b>QTDE</b>
<b>01</b>	Veículo, tipo sedã compacto, com <b>transmissão automática e direção hidráulica obrigatórios</b> , seguindo as especificações mínimas contidas no item I do Anexo - I, para atender a comarca de Guajará-Mirim.	Und.	01
<b>02</b>	Veículo, tipo sedã compacto, seguindo as especificações mínimas contidas no item 02 do Anexo - I, para atender 06 (seis) comarcas do interior do Estado, os Núcleos da Cidadania e Zona Leste na capital e os Departamentos de Transportes e Aquisição na sede da Defensoria.	Und.	14
<b>03</b>	Veículo, tipo furgão compacto, seguindo as especificações mínimas contidas no item 03 do Anexo - I, para atender a seção de Cartório.	Und.	01
<b>04</b>	Veículo, tipo caminhonete cabine dupla, seguindo as especificações mínimas contidas no item 04 do Anexo - I, para atender a comarca de Ji-Paraná, Cacoal e o Departamento de Tecnologia da Informação.	Und.	05
<b>05</b>	Veículo urbano de carga (VUC), seguindo as especificações mínimas contidas no item 05 do Anexo - I, para atender o Departamento de Almoxarifado e Patrimônio.	Und	01

**4.2.** Os veículos deverão ser 0 km, respeitadas as discriminações contidas no Termo de Referência e anexos, não deverão conter marcas, amassados, arranhões ou outras avarias, sendo aplicadas as normas e exigências do Código de Trânsito Brasileiro e, ainda, constar garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, exceto o item 05, o qual terá prazo mínimo estipulado em 12 (doze) meses, com assistência técnica autorizada no estado de Rondônia, devendo a 1ª primeira revisão ser custeada pela Contratada.

**4.3.** Os veículos deverão estar devidamente equipados com os itens e acessórios exigidos pela vigente Lei de Trânsito.

**4.4.** Os veículos deverão ser entregues já emplacados em nome da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, CNPJ 01.072.076/0001-95, com 1º emplacamento RENAVAN no Estado de Rondônia.

**4.5.** O emplacamento dos veículos deverá se dar em conformidade com as normas do CONTRAN aplicáveis a veículos oficiais do Estado de Rondônia vigentes ao tempo da entrega do objeto.

**4.6.** Os Veículos deverão ser plotados com símbolo da Defensoria Pública do Estado de Rondônia nas duas portas dianteiras, além de adesivo “como estou dirigindo” na traseira, seguindo as



medidas e especificações apresentadas no anexo II deste Termo de Referência.

- 4.7. Os veículos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002, posto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração.
- 4.8. O fornecedor registrado deverá ser concessionária ou fornecedor autorizado pelo fabricante da marca do veículo oferecido, em atenção à Lei Federal nº 6.729/79.

## 5. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 5.1. Os veículos deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste termo, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.
- 5.2. A Nota de Empenho será encaminhada à Contratada via e-mail. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.
- 5.3. **Do prazo de entrega:** Os veículos deverão ser entregues em um prazo de até **150 (cento e cinquenta) dias corridos**, após o recebimento da Nota de Empenho.
  - 5.3.1. Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente Instrumento Convocatório admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.
- 5.4. **Do local de entrega:** Os veículos serão entregues ao Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, na **SEDE** da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, localizada na Av. Governador Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, de segunda a sexta-feira das 07h30 às 13h30.
- 5.5. A entrega dos veículos deverá ser informada com no mínimo 03 (três) dias de antecedência.

## 6. DO RECEBIMENTO

- 6.1. O recebimento dos veículos se dará da seguinte forma:
  - 6.1.1. **Provisoriamente**, no prazo de **3 (três) dias úteis**, mediante termo de recebimento provisório (**Anexo - IV**), emitido por servidor(a) do **Departamento de Almoxarifado e Patrimônio** para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação que ficará a cargo da **Comissão de Recebimento** ou **Fiscal da Ata de Registro de Preços ou Contrato**.
    - 6.1.1.1. A conferência do(s) material(is) será realizada com base na lista dos materiais descritos na Nota Fiscal a ser fornecida no ato da entrega, detalhando claramente todas as partes integrantes do(s) material(is). Este detalhamento não poderá ser feito por códigos, e sim pela descrição de cada material e/ou equipamento, com a respectiva quantidade.
  - 6.1.2. **Definitivamente**, após, constatada a qualidade e quantidade do objeto pela **Comissão de Recebimento** ou **Fiscal da Ata de Registro de Preços ou Contrato**, mediante Termo de Recebimento Definitivo (**Anexo - V**).
  - 6.1.3. O recebimento definitivo deverá ocorrer no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento provisório, observadas as condições acima.
  - 6.1.4. É facultada a presença da Contratada durante todo o procedimento de recebimento definitivo do(s) material(is).

- 6.1.5.** A licitante vencedora será responsável pelo transporte e despesas com carga e descarga dos objetos deste termo até a entrega nas dependências da DPE/RO.
- 6.1.6.** O(s) volume(s) contendo o(s) material(is) deverá(ão) estar identificado(s) externamente com os dados constantes da Nota Fiscal, na qual deverá constar necessariamente o número de série de todo(s) o(s) material(is) que estiver(em) sendo entregue(s).
- 6.1.7.** Deverão ser fornecidos todos os acessórios necessários para o pleno funcionamento dos veículos, de acordo com as características descritas nas especificações técnicas.
- 6.1.8.** Deverá ser fornecida toda documentação técnica que abranja configuração e funcionamento dos veículos, se for o caso.
- 6.1.9.** Aceito(s) o(s) veículo(s), será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento.
- 6.1.10.** O(s) veículo(s) poderá(ão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta, devendo ser substituído(s) em um prazo não superior a **60 (sessenta) dias corridos**, às custas da Contratada, a contar da sua notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.1.11.** Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.
- 6.1.12.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do(s) material(is), nem ético-profissional pela perfeita execução, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo Instrumento Contratual.
- 6.1.13.** Em conformidade com o art. 76 da Lei nº 8.666/1993, se no recebimento do objeto for constatada sua execução de forma incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação, nos termos do art. 69 da lei supramencionada.
- 6.1.14.** Em caso de dúvida sobre a autenticidade do(s) material(is), a Contratada se compromete a arcar com os custos dos testes de originalidade, a serem realizados nos laboratórios dos próprios fabricantes, ou não sendo possível, em outro escolhido de comum acordo entre as partes.
- 6.1.15.** O Departamento de Almojarifado e Patrimônio ficará responsável pelo tombamento do objeto, entrega ao setor competente, com termo de responsabilidade assinado pelo servidor; e registro dos bens em sistema, indicando características e a responsabilidade de guarda.

## **7. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

- 7.1.** O(s) veículo(s) deverá(ão) ser cobertos por garantia, obedecendo ao mesmo prazo estipulado expressamente pelo fabricante em termo próprio, que não poderá ser inferior a 36 (trinta e seis) meses a partir da data de recebimento, exceto o item 05, o qual terá prazo mínimo estipulado em 12 (doze) meses.
- 7.2.** A licitante deverá indicar a empresa devidamente autorizada pelo fabricante (ou pelo seu representante neste País), a prestar serviços de assistência técnica, para os veículos ofertados neste Termo de Referência, mediante manutenção corretiva de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas, a fim de mantê-los em perfeitas condições de uso.
- 7.2.1.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a remover os defeitos apresentados pelos veículos, compreendendo, nesse caso, a substituição de peças, devendo ser utilizado apenas peças e componentes originais salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo Contratante, e também ajustes, reparos e correções necessárias.
- 7.2.2.** A comprovação da Assistência Técnica indicada estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações através de possíveis diligências.

- 7.3.** Durante o prazo da vigência da garantia, os veículos que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, deverão ser reparados e corrigidos sem ônus para esta Defensoria Pública do Estado de Rondônia.
- 7.4.** As substituições de peças e a mão de obra, quando das revisões em garantia, exceto a primeira, pois será arcada pela contratada, estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado.
- 7.5.** A Contratada deverá, por si ou mediante autorizada do fabricante dos veículos, a fim de que sejam mantidos válidos todos os direitos oriundos da garantia, iniciar o atendimento dos chamados técnicos no prazo máximo de 24 (horas), a contar da data de abertura do chamado (por e-mail, telefone ou website).
- 7.6.** O prazo para conserto de veículo defeituoso deve ocorrer em no máximo 10 (dez) dias úteis após a abertura do chamado. Caso o problema não seja solucionado no prazo informado, deverá obrigatoriamente ser disponibilizado, temporariamente, carro reserva, com características e funcionalidades similares ou superiores ao veículo com defeito, durante o prazo de reparo.
- 7.7.** Havendo necessidade de substituir o veículo defeituoso, deverá ocorrer à substituição, em um prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis contados a partir do vencimento do prazo dado para o conserto do veículo, ficando a cargo da(s) Contratada(s) todas as eventuais despesas referentes à retirada/envio/transporte de equipamentos e/ou componentes substituídos.

## **8. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **8.1. DA CONTRATADA/FORNECEDOR:**

- 8.1.1.** Fornecer os veículos de acordo com as especificações técnicas e as condições estabelecidas, mantendo-os sempre em perfeita ordem, arcando com os ônus necessários à completa entrega dos mesmos, se necessário substituir todo e qualquer material não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus adicional, bem como assumir inteira responsabilidade pela entrega dos veículos que fornecer.
- 8.1.2.** Cumprir todos os prazos estipulados para entrega dos veículos, substituindo-os ou corrigindo-os, às suas custas, no total ou em parte, nos prazos fixados, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções.
- 8.1.3.** Prover todos os meios necessários à garantia do fornecimento, inclusive considerados os casos de greves ou paralisação de qualquer natureza.
- 8.1.4.** Fornecer os veículos dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações exigidas pela boa técnica.
- 8.1.5.** Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras essências para recebimento de correspondência.
- 8.1.6.** Arcar com as despesas com seguro e transporte dos veículos até o local de entrega.
- 8.1.7.** Comunicar imediatamente à Contratante, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega dos veículos, para adoção de medidas cabíveis.
- 8.1.8.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste instrumento.
- 8.1.9.** Manter, durante toda a vigência da Ata/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame licitatório.
- 8.1.10.** Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem, ainda, assegurar os direitos, inclusive quanto aos preços praticados.
- 8.1.11.** Fornecer e utilizar, sob sua inteira responsabilidade, a competente e indispensável mão de obra habilitada, selecionada e necessária, atendidas, sempre e regularmente, todas as exigências legais pertinentes, como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes.

- 8.1.12. Responder pelas despesas resultantes e de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e/ou prepostos.
- 8.1.13. Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos veículos, tais como salários, seguro contra acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transportes, vales-refeições e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- 8.1.14. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.
- 8.1.15. Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar por danos materiais e/ou pessoais decorrentes de erro na entrega dos veículos, objeto do presente termo de referência, que sobrevenha em prejuízo da Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para a Contratante.
- 8.1.16. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências da Contratante, quando em atividade na execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá.
- 8.1.17. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens e peças, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar a Contratante a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização.
- 8.1.18. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 8.1.19. Reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 78 da Lei nº 8.666/1993.
- 8.1.20. Atender prontamente às exigências da DPE/RO inerentes ao objeto da Ata/Contrato.
- 8.1.21. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades deste objeto, sem prévia autorização da Contratante.
- 8.1.22. Prestar suporte a todas as funcionalidades presentes e necessárias para o pleno estado de funcionamentos dos veículos.
- 8.1.23. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela DPE/RO.

## **8.2. DA CONTRATANTE:**

- 8.2.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos objetos da Ata/Contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte da Contratada.
- 8.2.2. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada.
- 8.2.3. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- 8.2.4. Pagar a Contratada o valor resultante do fornecimento do objeto, na forma estabelecida neste termo.
- 8.2.5. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos veículos entregues, para que sejam substituídos.
- 8.2.6. Indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto.
- 8.2.7. Permitir aos empregados da Contratada acesso ao local da entrega, observadas as normas de segurança.
- 8.2.8. Comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela Contratada.

- 8.2.9.** Reter créditos e aplicar as penalidades cabíveis previstas na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto deste instrumento.
- 8.2.10.** Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais fornecedoras, objeto deste instrumento, de forma a garantir que continuem sendo os mais vantajosos.
- 8.2.11.** Realizar rigorosa conferência das características do objeto entregue, pelos agentes designados, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.
- 8.2.12.** Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 8.2.13.** Rejeitar, no todo ou em parte, os veículos que a Contratada entregar fora das especificações.

## **9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 9.1.** O pagamento será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela(s) Contratada(s), à vista da(s) Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) por ela(s) apresentada(s) ao Departamento de Transportes da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis** para os valores de até **R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais)**, e, **acima desse valor**, o prazo de até **30 (trinta) dias** após o recebimento definitivo do(s) veículo(s) entregue(s), sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e resoluções vigentes, observada ainda a exigibilidade da ordem cronológica de pagamentos, conforme o art. 5º, caput, da Lei nº 8.666/1993.
- 9.2.** A(s) Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) deve(m) ser emitida(s) em 2 (duas) vias, devendo conter em corpo a descrição do objeto, o número da conta bancária da Contratada, acompanhada de toda a documentação necessária à comprovação de que a Contratada mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame licitatório.
- 9.3.** A atestação da(s) Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) caberá ao fiscal do Contrato, desde que o(s) veículo(s) esteja(m) em conformidade com as exigências contidas neste instrumento e não haja impeditivo imputável à Contratada.
- 9.4.** A Nota de Empenho será encaminhada à(s) Contratada(s), podendo ser enviada via e-mail, que deverá aceitá-la e devolvê-la datada e carimbada com CNPJ, pelo mesmo modo no prazo de 01 (um) dia útil, a contar da data do envio do e-mail ou recebimento.
- 9.5.** O recebimento (aceite) e certificação da(s) Nota(s) Fiscal(is) do(s) produto(s), neste ato específico ficará a cargo do Fiscal, de acordo com o art. 40 do Decreto Federal nº 93.872/1986.
- 9.6.** Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela(s) será(ão) devolvida(s) e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese a DPE/RO poderá pagar apenas a parcela não controvertida com as devidas justificativas (neste caso a DPE/RO terá um prazo de 5 (cinco) dias a partir do recebimento, para efetuar a análise e o pagamento).
- 9.7.** Na hipótese acima, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is), não acarretando qualquer ônus para a DPE/RO.
- 9.8.** Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 9.9.** Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações da Contratada(s), a DPE/RO reterá os créditos a que aquela teria direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.
- 9.10.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que regularizados.

**9.11.** Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP valor da parcela paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,000164384, assim apurado:

$I = (TX)/365$   $I = \{(6/100)/365\}$   $I = 0,000164384$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 10. SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

**10.1.** O valor orçado para a pretensa aquisição **constará** de Planilha Mercadológica elaborada pelo Departamento de Aquisição, produzida com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços.

**10.2.** Os recursos orçamentários para dar cobertura à realização da despesa estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício 2022, por meio da programação: 30.011.03.122.2046.1026; natureza da despesa: 4.4.90.52; fonte: 0230/0630 – Recursos do FUNDEP; unidade orçamentária: 30.011 - Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia - FUNDEP.

**10.3.** De acordo com § 4, art. 8º, do Decreto nº 18.340 de 06 de novembro de 2013, não será indicada no presente momento dotação orçamentária, em razão de licitação para registro de preços.

## 11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1.** A Contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie:

### I. Advertência.

### II. Multa moratória, nos seguintes percentuais:

- a )** No atraso injustificado da entrega do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
- b)** Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
- c)** No caso de atraso injustificado na substituição do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do empenho, incidência limitada a 10 (dez) dias;
- d)** Na hipótese de atraso injustificado na substituição do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do empenho;
- e)** Em caso de reincidência no atraso de que tratam as letras “a”, “b” e “c” quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no subitem III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;
- f)** Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas letras “a” e “b”, poderá ser

aplicada sanção mais grave prevista no subitem III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.

### **III. Multa contratual, por inadimplemento absoluto das obrigações, nos seguintes percentuais:**

- a) Pelo descumprimento total, 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;
- b) Pelo descumprimento parcial, até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida - aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas;
- c) Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pela Contratante.

### **IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração**, prevista no art. 87, III, da Lei 8.666/93, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas.

### **V. Impedimento de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia e descredenciamento do SICAF**, previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas.

### **VI. Declaração de Inidoneidade Para Licitar e Contratar com a Administração Pública**, prevista no art. 87, inc. IV, da Lei nº 8.666/1993.

**11.2.** Incidirá também na sanção prevista no subitem V acima a licitante que deixar de enviar os documentos necessários à sua habilitação ou, quando for o caso, a nova Planilha de Custos e Formação de Preços por meio eletrônico, com os valores readequados ao lance vencedor.

**11.3.** A sanção prevista nos subitens I será aplicada pelo fiscal do contrato, as sanções dos subitens II e III serão aplicadas pelo Secretário-Geral de Administração e Finanças e as sanções dos subitens IV, V e VI serão aplicada pelo Defensor Público-Geral do Estado.

**11.4.** No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia ao interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação para as sanções previstas nos subitens I, II e III acima e de 10 (dez) dias para a dos subitens IV e V.

**11.5.** As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. Nos casos previstos nos incisos IV, V e VI, serão, também, incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

**11.6.** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

**11.7.** As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas separada ou conjuntamente.

## **12. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**12.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata/Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação do(s) serviço(s) e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto, devendo ser exercido “in loco” pelo chefe do Departamento de Transportes, quem estiver substituindo-o(a) ou outro designado pela Administração, o qual caberá prestar as informações necessárias sobre a prestação de serviços e eventuais ocorrências visando efetuar os registros em livro próprio e tomadas as providências para solução dos fatos apontados, além de observar o Regulamento nº 021/2018/DPG/DPE/RO.

**12.2.** A fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:

- a) Exigir da Contratada o fiel cumprimento do objeto da Ata/Contrato, de acordo com as especificações contidas no edital e termo de referência, assim como o pronto atendimento



das solicitações;

- b) Estando os materiais em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização da Ata/Contrato ou setor responsável e enviados ao setor competente para o devido pagamento;
- c) Em caso de não conformidade, a Contratada será notificada por escrito ou, dependendo do grau da inconformidade, via telefone, sobre as irregularidades apontadas para as providências do art. 69 da Lei 8.666/1993 e suas alterações, no que couber.

**12.3.** Competem ao fiscal as seguintes atividades, sem prejuízo de outras que lhes sejam conferidas em leis ou regulamentos:

- I.** Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais, acompanhar a execução do objeto contratual, proceder medições e formalizar atestações, bem como antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual e esclarecer dúvidas da Contratada, encaminhando às áreas correspondentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- II.** Manter cópia do termo contratual e de todos os aditivos, se existentes, do edital da licitação, da especificação técnica, do projeto básico ou termo de referência, conforme o caso, da proposta da Contratada, juntamente com outros documentos que possam dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada;
- III.** Conhecer o teor do instrumento contratual sob sua responsabilidade, bem como a legislação e as normas pertinentes ao objeto, e anotar em registro próprio e no sistema eletrônico de controle de contratos todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- IV.** Orientar a Contratada, por intermédio do preposto, sobre a correta execução do contrato, levando ao seu conhecimento situações temerárias ou em desconformidade com as cláusulas contratuais, e advertindo-a recomendando medidas corretivas, sempre por escrito, com prova do recebimento e estabelecendo prazo de solução;
- V.** Controlar os prazos de entrega e/ou de execução, adotando as providências cabíveis, inclusive notificando a Contratada acerca do atraso injustificado, fixando data-limite para o cumprimento da obrigação e esclarecendo sobre possível penalidade;
- VI.** Em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua responsabilidade e encaminhando ao Gestor do Contrato aquelas que fugirem de sua competência;
- VII.** Receber, provisoriamente ou definitivamente, o objeto do contrato, no prazo estabelecido e mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, ou rejeitar, no todo ou em parte, o recebimento de bens e serviços em desacordo com as especificações do objeto contratado, registrando nos autos, salvo quando o recebimento for de responsabilidade de comissão ou servidor especialmente designados;
- VIII.** Levar ao conhecimento do Gestor do Contrato sobre a necessidade de suspensão provisória da execução do Contrato quando, objetivamente, constatar uma irregularidade que precise ser sanada, bem como levar ao conhecimento do Gestor do Contrato a notícia sobre indícios de crimes de que tenha conhecimento em razão do ofício ou de situações irregulares que devam ser objeto de atenção de órgãos fiscalizadores;
- IX.** Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados, das obras executadas ou daquilo que for produzido pelo contratado, os quais podem ser solicitados tanto para medidas administrativas ou judiciais a serem tomadas pela administração ou pelo contratado na postulação dos seus direitos e na defesa dos seus interesses;
- X.** Diligenciar pela apresentação da documentação necessária à instrução processual quando o fiscal do contrato não estiver localizado na Sede da Defensoria Pública ou quando o objeto do contrato possuir complexidade, a exemplo dos contratos de cessão de mão-de-obra;
- XI.** Indicar ao Gestor que efetue glosas por serviços, obras ou produtos mal executados ou não executados e sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento

das obrigações;

- XII.** Analisar e certificar as notas fiscais/faturas enviadas pela Contratada, atestando a execução parcial ou total do serviço e verificando a regularidade fiscal e trabalhista antes de encaminhar para pagamento, juntando os comprovantes ao feito correspondente;
- XIII.** Prestar orientação, sugerir diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato solicitadas pelo Gestor, pelo contratado ou pelo Controle Interno;
- XIV.** Fiscalizar in loco a efetiva execução do objeto em consonância com os termos contratuais pactuados, tendo como parâmetro o atingimento dos objetivos da aquisição, verificando o cumprimento das disposições contratuais técnicas em todos os seus aspectos e confirmando as medições dos serviços realizados, do cronograma de obras, dos fornecimentos atendidos e da linha de produção;
- XV.** Solicitar ao Gestor do Contrato, justificadamente, os meios materiais e logísticos essenciais ao cumprimento do ofício;
- XVI.** Identificar e avaliar as situações de risco do contrato levando-as à ciência do Gestor do Contrato, quando a gravidade assim exigir;
- XVII.** Informar ao Gestor do Contrato sobre seus afastamentos legais, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, a fim de que se possa providenciar sua devida substituição legal, caso haja concomitância de afastamento entre o fiscal titular e o suplente.

**12.4.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material(is) inadequado(s) ou de qualidade(s) inferior(es), e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

### **13. PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

- 13.1.** As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da aquisição, detalhando os preços unitários e o valor global da proposta.
- 13.2.** A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo quando requerido pela DPE/RO, suas substituições.
- 13.3.** No preço ofertado estarão incluídos também os custos indiretos sobre o fornecimento do objeto, tais como: seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições sociais, indenizações, etc., inclusive despesas com transporte para entregas no local indicado no presente Termo de referência.
- 13.4.** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, com **adjudicação por item**.

### **14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- 14.1.** Além da regularidade fiscal, jurídica e trabalhista, a licitante deverá apresentar:
  - 14.1.1.** Atestado, certidão ou declaração de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante, de forma satisfatória, em fornecimento pertinente compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto desta licitação. Será permitido o somatório de atestados para comprovação da capacidade técnica.
  - 14.1.2.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, contendo os índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral iguais ou superiores que 01 (um),

salvo se microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, nos termos do art. 3º do Decreto Federal nº 8.538/2015;

**14.1.3.** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

## **15. REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1.** A vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

**15.2.** Os procedimentos de revisão e cancelamento dos preços registrados seguirão as diretrizes dispostas nos CAPÍTULOS XIV E XV do Decreto nº 18.340, de 06 de novembro de 2013.

**15.2.** O registro de preços será gerenciado pelo Departamento de Transportes.

**15.3.** A fiscalização ficará sob responsabilidade de servidor lotado no Departamento de Transportes, devidamente portariado.

## **16. CONTRATO**

**16.1.** A critério da Defensoria Pública do Estado de Rondônia poderá ser lavrado instrumento contratual com base no registro de preços oriundo deste Termo de Referência.

**16.2.** Formalizado o instrumento contratual, sua vigência será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura.

**16.3.** No caso de assinatura de Instrumento Contratual, a licitante vencedora, a critério da Autoridade Competente, deverá apresentar a garantia de execução em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/1993, **no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do instrumento contratual**, com validade mínima de 30 (trinta) dias após o prazo programado para a entrega definitiva do objeto contratual. Sem prejuízo das responsabilidades por perdas e danos, a garantia reverterá à Contratante no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da contratada, após decisão fundamentada em processo administrativo para apuração dos fatos. A Contratante reserva-se ao direito de reter e; ou executar a garantia bem como dela descontar das importâncias necessárias a reparar qualquer dano eventualmente causado pela Contratada.

**16.4.** A garantia prestada pela empresa Contratada, somente ser-lhe-á devolvida, após o recebimento definitivo do objeto.

**16.5.** A Contratante se reserva o direito de a qualquer tempo, descontar da caução e/ou demais garantias prestadas, toda e qualquer importância que for devida pela Contratada, por descumprimento ou infringência das cláusulas ajustadas no presente instrumento de avença.

**16.6.** Após solicitação da Contratante, a Contratada deverá informar no prazo de até 03 (três) dias úteis, a modalidade pela qual apresentará a garantia no ato da assinatura do Contrato.

## **17. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**17.1.** Ao expor claramente a motivação para realizar a aquisição dos veículos, a Defensoria Pública do Estado de Rondônia pretende evidenciar o ato administrativo revestido de todos os seus requisitos formais e materiais no intuito de torná-lo eficaz e célere de acordo com o art. 2º do Decreto nº 10.024/2019 e art. 4º do Decreto nº 3.555/2000.

Porto Velho, 20 de julho de 2022.

**Rafael Cristiano Saraiva Fernandes**  
Chefe do Departamento de Transportes em substituição

**ANEXO - I**

<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>UND.</b>	<b>PEDIDO MÍNIMO</b>	<b>QTDE. MÁXIMA</b>
-------------	-----------------------	-------------	--------------------------	-------------------------

01	<p>Veículo automotor, tipo sedã compacto, <b>automático</b>, 0 (zero) quilômetro, ano de fabricação/modelo não inferior ao ano vigente da licitação, com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cor prata metálica (original do fabricante);</li> <li>- 4 (quatro) portas laterais e um acesso ao porta-malas;</li> <li>- Motor bicom bustível, gasolina e álcool;</li> <li>- Motorização a partir de 1.0 turbo ou 1.3;</li> <li>- Potência mínima de 100 cv em pelo menos um dos combustíveis;</li> <li>- Transmissão automática ou CVT (não admitida automatizada);</li> <li>- Rodas de liga leve;</li> <li>- Capacidade do tanque de no mínimo 40L;</li> <li>- Capacidade do porta-malas de no mínimo 460 L;</li> <li>- Capacidade de transporte de 05 (cinco) pessoas, incluindo o condutor;</li> <li>- Ar-condicionado analógico ou digital, em qualquer das hipóteses, que sejam de fábrica;</li> <li>- Direção com assistência hidráulica ou elétrica;</li> <li>- Travas e vidros elétricos nas quatro portas com disponibilidade de autonomia aos passageiros individualmente e ao motorista a todas as portas;</li> <li>- Sistema de alarme antifurto ou dispositivo antifurto com acionamento por controle remoto;</li> <li>- Sistema de som com no mínimo rádio AM/FM entrada USB, kit multimídia;</li> <li>- Sensor de estacionamento ou câmera de ré;</li> <li>- Jogo de tapetes emborrachados;</li> <li>- Espelhos retrovisores externos com acionamento interno manual ou elétrico;</li> <li>- Chapa protetora de motor e cárter (peito de aço), salvo recomendação contrária do fabricante;</li> <li>- Para-brisas: vidros de segurança que atendam aos termos do art. 2º da resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</li> <li>- Película de controle solar em todos os vidros, nas transparências mínimas permitidas, atendendo aos termos do art. 3º da Resolução do Conselho Nacional do Trânsito nº254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser equipado(s) com todos os itens de série e demais itens de segurança exigidos pela legislação de trânsito e ambiental vigentes com observância especialmente focadas às exigências da Lei nº 8.723 de 28/10/1993, Resolução nº418 de 25/11/2009 e todas as regulamentações CONAMA;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) devidamente emplacado(s) com placa na categoria oficial do Estado de Rondônia, de acordo com as especificações da legislação de trânsito vigente;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) plotado(s), seguindo as medidas e especificações apresentadas no Anexo - II deste Termo de Referência;</li> <li>- Garantia mínima de 03 anos, com assistência técnica e reposição de peças originais disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da(s) assistência(s) técnica(s).</li> </ul>	Und.	01	01
----	---	------	----	----

02	<p>Veículo automotor, tipo sedã compacto, 0 (zero) quilômetro, ano de fabricação/modelo não inferior ao ano vigente da licitação, com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cor prata metálica (original do fabricante);</li> <li>- 4 (quatro) portas laterais e um acesso ao porta-malas;</li> <li>- Motor bicom bustível, gasolina e álcool;- Motorização a partir de 1.0 turbo ou 1.3;</li> <li>- Potência mínima de 100 cv em pelo menos um dos combustíveis;</li> <li>- Câmbio com transmissão manual no mínimo de 6 (seis) marchas, sendo 5 (cinco) à frente e 1 (uma) a ré, automática, ou de tecnologia superior (não admitida automatizada);</li> <li>- Rodas de liga leve;</li> <li>- Capacidade do tanque de no mínimo 40L;</li> <li>- Capacidade do porta-malas de no mínimo 460 L;</li> <li>- Capacidade de transporte de 05 (cinco) pessoas, incluindo o condutor;</li> <li>- Ar-condicionado analógico ou digital, em qualquer das hipóteses, que sejam de fábrica;</li> <li>- Direção com assistência hidráulica ou elétrica;</li> <li>- Travas e vidros elétricos nas quatro portas com disponibilidade de autonomia aos passageiros individualmente e ao motorista a todas as portas;</li> <li>- Sistema de alarme antifurto ou dispositivo antifurto com acionamento por controle remoto;</li> <li>- Sistema de som com no mínimo rádio AM/FM entrada USB, kit multimídia;</li> <li>- Sensor de estacionamento ou câmera de ré;</li> <li>- Jogo de tapetes emborrachados;</li> <li>- Espelhos retrovisores externos com acionamento interno manual ou elétrico;</li> <li>- Chapa protetora de motor e cárter (peito de aço), salvo recomendação contrária do fabricante;</li> <li>- Para-brisas: vidros de segurança que atendam aos termos do art. 2º da resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</li> <li>- Película de controle solar em todos os vidros, nas transparências mínimas permitidas, atendendo aos termos do art. 3º da Resolução do Conselho Nacional do Trânsito nº254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser equipado(s) com todos os itens de série e demais itens de segurança exigidos pela legislação de trânsito e ambiental vigentes com observância especialmente focadas às exigências da Lei nº 8.723 de 28/10/1993, Resolução nº418 de 25/11/2009 e todas as regulamentações CONAMA;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) devidamente emplacado(s) com placa na categoria oficial do Estado de Rondônia, de acordo com as especificações da legislação de trânsito vigente;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) plotado(s), seguindo as medidas e especificações apresentadas no Anexo - II deste Termo de Referência;</li> <li>- Garantia mínima de 03 anos, com assistência técnica e reposição de peças originais disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da(s) assistência(s) técnica(s).</li> </ul>	Und.	07	14
----	--	------	----	----

03	<p>Veículo automotor, tipo furgão compacto, 0 (zero) quilômetro, ano de fabricação/modelo não inferior ao ano vigente da licitação, com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cor branca (original do fabricante);- Com no mínimo 2 (duas) portas laterais e um acesso ao compartimento de carga;- Motor bicomcombustível, gasolina e álcool;</li> <li>- Motorização a partir de 1.0 turbo ou 1.3;</li> <li>- Potência mínima de 80 cv em pelo menos um dos combustíveis;</li> <li>- Câmbio com transmissão manual no mínimo de 6 (seis) marchas, sendo 5 (cinco) à frente e 1 (uma) a ré, automática, ou de tecnologia superior (não admitida automatizada);</li> <li>- Rodas de liga leve;</li> <li>- Capacidade do tanque de no mínimo 40L;</li> <li>- Capacidade de carga útil de até 800kg;</li> <li>- Capacidade mínima de transporte de 02 (duas) pessoas, incluindo o condutor;</li> <li>- Ar-condicionado analógico ou digital, em qualquer das hipóteses, que sejam de fábrica;</li> <li>- Direção com assistência hidráulica ou elétrica;</li> <li>- Travas e vidros elétricos nas quatro portas com disponibilidade de autonomia aos passageiros individualmente e ao motorista a todas as portas;</li> <li>- Sistema de alarme antifurto ou dispositivo antifurto com acionamento por controle remoto;</li> <li>- Sistema de som com no mínimo rádio AM/FM entrada USB, kit multimídia;</li> <li>- Sensor de estacionamento ou câmera de ré;</li> <li>- Jogo de tapetes emborrachados;</li> <li>- Espelhos retrovisores externos com acionamento interno manual ou elétrico;</li> <li>- Chapa protetora de motor e cárter (peito de aço), salvo recomendação contrária do fabricante;</li> <li>- Para-brisas: vidros de segurança que atendam aos termos do art. 2º da resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</li> <li>- Película de controle solar em todos os vidros, nas transparências mínimas permitidas, atendendo aos termos do art. 3º da Resolução do Conselho Nacional do Trânsito nº254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser equipado(s) com todos os itens de série e demais itens de segurança exigidos pela legislação de trânsito e ambiental vigentes com observância especialmente focadas às exigências da Lei nº 8.723 de 28/10/1993, Resolução nº418 de 25/11/2009 e todas as regulamentações CONAMA;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) devidamente emplacado(s) com placa na categoria oficial do Estado de Rondônia, de acordo com as especificações da legislação de trânsito vigente;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) plotado(s), seguindo as medidas e especificações apresentadas no Anexo - II deste Termo de Referência;</li> <li>- Garantia mínima de 03 anos, com assistência técnica e reposição de peças originais disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da(s) assistência(s) técnica(s).</li> </ul>	Und.	01	01
	<p>Veículo automotor, tipo caminhonete, cabine dupla, 0 (zero) quilômetro, ano de fabricação/modelo não inferior ao ano vigente da licitação, com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cor prata metálica (original do fabricante);</li> <li>- Com 4 (quatro) portas laterais e um acesso ao compartimento de</li> </ul>			

04	<p>carga;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Motor a diesel;</li> <li>- Potência mínima de 190 cv;</li> <li>- Tração 4x2 ±4x4 e 4x4 reduzida com acionamento por alavanca ou seletor;</li> <li>- Câmbio com transmissão manual no mínimo de 6 (seis) marchas, sendo 5 (cinco) à frente e 1 (uma) a ré, automática, ou de tecnologia superior (não admitida automatizada);</li> <li>- Freios ABS com sistema auxiliar EBD (distribuição eletrônica de força de frenagem);</li> <li>- Air bag: dianteiro e laterais de cortina;</li> <li>- Capacidade do tanque de no mínimo 70L;</li> <li>- Carga útil mínima de 1.000kg;</li> <li>- Com protetor de caçamba;</li> <li>- Capota marítima rígida de fibra náutica ou similar (revestida de lona pevecron ou similar), modelo original ou homologado pelo fabricante;</li> <li>- Rodas de liga leve de 16" ou superior;</li> <li>- Capacidade mínima de transporte de 05 (cinco) pessoas, incluindo o condutor;</li> <li>- Ar-condicionado analógico ou digital, em qualquer das hipóteses, que sejam de fábrica;</li> <li>- Direção com assistência hidráulica ou elétrica;</li> <li>- Travas e vidros elétricos nas quatro portas com disponibilidade de autonomia aos passageiros individualmente e ao motorista a todas as portas;</li> <li>- Sistema de alarme antifurto ou dispositivo antifurto com acionamento por controle remoto;</li> <li>- Central multimídia com gps e câmera de ré integrados ou sistema de som similar que atenda integralmente às funcionalidades da câmera de ré e gps;</li> <li>- Jogo de tapetes emborrachados;</li> <li>- Espelhos retrovisores externos com acionamento interno manual ou elétrico;</li> <li>- Chapa protetora de motor e cárter (peito de aço), salvo recomendação contrária do fabricante;</li> <li>- Para-brisas: vidros de segurança que atendam aos termos do art. 2º da resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</li> <li>- Película de controle solar em todos os vidros, nas transparências mínimas permitidas, atendendo aos termos do art. 3º da Resolução do Conselho Nacional do Trânsito nº254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser equipado(s) com todos os itens de série e demais itens de segurança exigidos pela legislação de trânsito e ambiental vigentes com observância especialmente focadas às exigências da Lei nº 8.723 de 28/10/1993, Resolução nº418 de 25/11/2009 e todas as regulamentações CONAMA;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) devidamente emplacado(s) com placa na categoria oficial do Estado de Rondônia, de acordo com as especificações da legislação de trânsito vigente;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) plotado(s), seguindo as medidas e especificações apresentadas no Anexo - II deste Termo de Referência;</li> <li>- Garantia mínima de 03 anos, com assistência técnica e reposição de peças originais disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da(s) assistência(s) técnica(s).</li> </ul>	Und.	02	05
	Veículo automotor, tipo VUC – veículo urbano de carga, 0 (zero)			



05	<p>quilômetro, ano de fabricação/modelo não inferior ao da licitação, com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cor branca (original do fabricante);</li> <li>- Com 2 (duas) portas laterais;</li> <li>- Motor a diesel;</li> <li>- Potência mínima de 130 cv;</li> <li>- Capacidade do tanque de no mínimo 65L;</li> <li>- A carroceria deve possuir estrutura, tipo baú, para cargas secas, com teto levemente arqueado para evitar acúmulo de água, com uma porta na lateral direita e uma traseira bi-partida com abertura total, fabricado em alumínio, com ripamento interno em aço, com pintura eletrostática a pó com proteção anticorrosão, assoalho em compensado naval de 15mm, iluminação interna embutida, com dimensões máximas: largura de 2,20m, altura até 2m e comprimento de até 5,50m (obedecendo as dimensões máximas do veículo), a carroceria deverá ser projetada e fabricada conforme todas as normas vigentes e deverá atender as portarias e resoluções do CONTRAN, DETRAN, DENATRAN e demais órgãos reguladores do setor;</li> <li>- Carga útil mínima de 1385kg;</li> <li>- Capacidade mínima de transporte de 02 (duas) pessoas, incluindo o condutor;</li> <li>- Ar-condicionado analógico ou digital, em qualquer das hipóteses, que sejam de fábrica;</li> <li>- Direção com assistência hidráulica ou elétrica;</li> <li>- Controle de tração 4x2;</li> <li>- Controle de estabilidade;</li> <li>- Câmbio com transmissão manual no mínimo de 6 (seis) marchas, sendo 5 (cinco) à frente e 1 (uma) a ré, automática, ou tecnologia superior (não admitida automatizada);</li> <li>- Travas e vidros elétricos nas duas portas com disponibilidade de autonomia ao passageiro individualmente e ao motorista a todas as portas;</li> <li>- Sistema de alarme antifurto ou dispositivo antifurto com acionamento por controle remoto;</li> <li>- Sistema de som com no mínimo rádio AM/FM entrada USB, kit multimídia;</li> <li>- Jogo de tapetes emborrachados;</li> <li>- Espelhos retrovisores externos com acionamento interno manual ou elétrico;</li> <li>- Roda em aço, de no mínimo 15";</li> <li>- Chapa protetora de motor e cárter (peito de aço), salvo recomendação contrária do fabricante;</li> <li>- Para-brisas: vidros de segurança que atendam aos termos do art. 2º da resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</li> <li>- Película de controle solar em todos os vidros, nas transparências mínimas permitidas, atendendo aos termos do art. 3º da Resolução do Conselho Nacional do Trânsito nº254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser equipado(s) com todos os itens de série e demais itens de segurança exigidos pela legislação de trânsito e ambiental vigentes com observância especialmente focadas às exigências da Lei nº 8.723 de 28/10/1993, Resolução nº418 de 25/11/2009 e todas as regulamentações CONAMA;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) devidamente emplacado(s) com placa na categoria oficial do Estado de Rondônia, de acordo com as especificações da legislação de trânsito vigente;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) plotado(s), seguindo as medidas e especificações apresentadas no Anexo - II deste</li> </ul>	Und.	01	01
----	--	------	----	----

Termo de Referência;

- Garantia mínima de 03 anos, com assistência técnica e reposição de peças originais disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da(s) assistência(s) técnica(s).

## **ANEXO - II LAYOUT PERSONALIZAÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS**

### **Modelo de aplicação em veículo tipo Sedã - meramente ilustrativo**



**Identificação DPE-RO - Portas Laterais da Frente (Motorista e passageiro)**



**Adesivo "Como estou Dirigindo" - Porta Traseira**

**Modelo de aplicação em Modelo FURGÃO/CARGO - Meramente ilustrativo**



**Identificação DPE-RO - Portas Laterais da Frente (Motorista e passageiro)**



**Adesivo "Como estou Dirigindo" - Traseira**

**Modelo de aplicação em caminhonete - meramente ilustrativo**



**Identificação DPE-RO - Portas Laterais da Frente (Motorista e passageiro)**





**Adesivo "Como estou Dirigindo" - Traseira**

**Modelo de aplicação em Modelo VUC - VEÍCULO URBANO DE CARGA  
- Meramente ilustrativo**



**Identificação DPE-RO - Portas Laterais da Frente (Motorista e passageiro)**



**Adesivo “Como estou Dirigindo” - Traseira**

**Identificação DPE-RO - Portas Laterais da Frente (Motorista e passageiro)**



**Adesivo Redondo Recorte**

**DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE RONDÔNIA**

**Adesivos Letreiros  
em Recorte**

**USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO**

**45cm x 54cm**

Adesivo "Como estou Dirigindo" - Traseira



**ANEXO - III**  
**MARCAS/MODELOS DE REFERÊNCIA**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCAS/MODELOS DE REFERÊNCIA
1 e 2	Veículo tipo sedã compacto	Volkswagen Voyage
		Nissan Versa Sense MT
		Nissan Versa Sense CVT
		Nissan Versa V-Drive CV
		Honda City DX MT
		Honda City personal
		Hyundai HB20S Vision
		Renault Logan ZEN
		Fiat Cronos 8V
		Toyota Yaris Sedan XL Live
		Chevrolet Onix AT Turbo
3	Veículo tipo furgão compacto	Fiat Fiorino working 1.4 EVO
		Peugeot Partner Rapid
4	Veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4	Nissan Frontier S MT 4x4
		Chevrolet S10 AT 4x4
		Mitsubishi L200 Triton GL
		Ford Ranger XL 2.2 MT
		Toyota Hilux STD Power Pack 4x4
5	Veículo tipo VUC – veículo urbano de carga	Mercedes-Benz Sprinter 314 CDI Street
		Renault Master Chassi
		Fiat Ducato
		Volkswagen Delivery Express
		Iveco Daily City – 30-130
		Iveco Daily 35-150
		Hyundai HR

**ANEXO - IV**  
**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

**IDENTIFICAÇÃO:**

<b>Termo de Recebimento Provisório</b>	<b>Data:</b>
<b>Contrato nº:</b>	<b>Vigência do Contrato:</b>
<b>Contratada:</b>	<b>Prazo:</b>
<b>Objeto:</b>	
<b>Valor do contrato:</b>	<b>Fiscal:</b>

**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

Atestamos o recebimento provisório do objeto a que se refere o contrato em epígrafe, nos termos indicados abaixo:

**Condições de recebimento**

<b>1- A obrigação foi cumprida:</b> <input type="radio"/> No prazo <input type="radio"/> Fora do prazo (Data ___/___/___) <input type="radio"/> Integralmente <input type="radio"/> Parcialmente, tendo em vista o seguinte:	<b>2 – Foi entregue:</b> <input type="radio"/> Na quantidade exigida <input type="radio"/> Em quantidade irregular <input type="radio"/> Outras observações:
--	---

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Nome Completo

Cargo

De acordo:

**NOME DA EMPRESA**

Nome Completo

Representante legal da empresa

**ANEXO - V**  
**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

**IDENTIFICAÇÃO:**

<b>Termo de Recebimento Definitivo</b>	<b>Data:</b>
<b>Contrato nº:</b>	<b>Vigência do Contrato:</b>



<b>Contratada:</b>	<b>Prazo:</b>
<b>Objeto:</b>	
<b>Valor do contrato:</b>	<b>Fiscal:</b>

Pelo presente, declaramos, em caráter definitivo, a fiel e perfeita execução do objeto a que se refere o instrumento acima identificado, emitindo o presente **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, com eficácia liberatória de todas as obrigações do contratado, exceto as garantias legais (art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/1993), bem como autorizamos a restituição de todas as garantias e/ou caução prestadas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Nome Completo

Cargo

De acordo:

**NOME DA EMPRESA**

Nome Completo

Representante legal da empresa

**ANEXO – VI  
MODELO DE COTAÇÃO DE PREÇOS**

**COTAÇÃO DE PREÇOS – VEÍCULOS  
Processo nº 3001.101003.2022/DPE-RO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	MARCA MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	<p>Veículo automotor, tipo sedã compacto, <b>automático</b>, 0 (zero) quilômetro, ano de fabricação/modelo não inferior ao ano vigente da licitação, com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cor prata metálica (original do fabricante);</li> <li>- 4 (quatro) portas laterais e um acesso ao porta-malas;</li> <li>- Motor bicombustível, gasolina e álcool;</li> <li>- Motorização a partir de 1.0 turbo ou 1.3;</li> <li>- Potência mínima de 100 cv em pelo menos um dos combustíveis;</li> <li>- Transmissão automática ou CVT (não admitida automatizada);</li> <li>- Rodas de liga leve;</li> <li>- Capacidade do tanque de no mínimo 40L;</li> <li>- Capacidade do porta-malas de no mínimo 460 L;</li> <li>- Capacidade de transporte de 05 (cinco) pessoas, incluindo o condutor;</li> </ul>				

01	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ar-condicionado analógico ou digital, em qualquer das hipóteses, que sejam de fábrica;</li> <li>- Direção com assistência hidráulica ou elétrica;</li> <li>- Travas e vidros elétricos nas quatro portas com disponibilidade de autonomia aos passageiros individualmente e ao motorista a todas as portas;</li> <li>- Sistema de alarme antifurto ou dispositivo antifurto com acionamento por controle remoto;</li> <li>- Sistema de som com no mínimo rádio AM/FM entrada USB, kit multimídia;</li> <li>- Sensor de estacionamento ou câmera de ré;</li> <li>- Jogo de tapetes emborrachados;</li> <li>- Espelhos retrovisores externos com acionamento interno manual ou elétrico;</li> <li>- Chapa protetora de motor e cárter (peito de aço), salvo recomendação contrária do fabricante;</li> <li>- Para-brisas: vidros de segurança que atendam aos termos do art. 2º da resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</li> <li>- Película de controle solar em todos os vidros, nas transparências mínimas permitidas, atendendo aos termos do art. 3º da Resolução do Conselho Nacional do Trânsito nº254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser equipado(s) com todos os itens de série e demais itens de segurança exigidos pela legislação de trânsito e ambiental vigentes com observância especialmente focadas às exigências da Lei nº 8.723 de 28/10/1993, Resolução nº418 de 25/11/2009 e todas as regulamentações CONAMA;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) devidamente emplacado(s) com placa na categoria oficial do Estado de Rondônia, de acordo com as especificações da legislação de trânsito vigente;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) plotado(s), seguindo as medidas e especificações apresentadas no Anexo - II deste Termo de Referência;</li> <li>- Garantia mínima de 03 anos, com assistência técnica e reposição de peças originais disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da(s) assistência(s) técnica(s).</li> </ul>	01				
	<p>Veículo automotor, tipo sedã compacto, 0 (zero) quilômetro, ano de fabricação/modelo não inferior ao ano vigente da licitação, com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cor prata metálica (original do fabricante);</li> <li>- 4 (quatro) portas laterais e um acesso ao porta-malas;</li> <li>- Motor bicombustível, gasolina e álcool;</li> <li>- Motorização a partir de 1.0 turbo ou 1.3;</li> <li>- Potência mínima de 100 cv em pelo menos um dos combustíveis;</li> <li>- Câmbio com transmissão manual no mínimo de 6</li> </ul>					

02	<p>(seis) marchas, sendo 5 (cinco) à frente e 1 (uma) a ré, automática, ou de tecnologia superior (não admitida automatizada);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Rodas de liga leve;</li> <li>- Capacidade do tanque de no mínimo 40L;</li> <li>- Capacidade do porta-malas de no mínimo 460 L;</li> <li>- Capacidade de transporte de 05 (cinco) pessoas, incluindo o condutor;</li> <li>- Ar-condicionado analógico ou digital, em qualquer das hipóteses, que sejam de fábrica;</li> <li>- Direção com assistência hidráulica ou elétrica;</li> <li>- Travas e vidros elétricos nas quatro portas com disponibilidade de autonomia aos passageiros individualmente e ao motorista a todas as portas;</li> <li>- Sistema de alarme antifurto ou dispositivo antifurto com acionamento por controle remoto;</li> <li>- Sistema de som com no mínimo rádio AM/FM entrada USB, kit multimídia;</li> <li>- Sensor de estacionamento ou câmera de ré;</li> <li>- Jogo de tapetes emborrachados;</li> <li>- Espelhos retrovisores externos com acionamento interno manual ou elétrico;</li> <li>- Chapa protetora de motor e cárter (peito de aço), salvo recomendação contrária do fabricante;</li> <li>- Para-brisas: vidros de segurança que atendam aos termos do art. 2º da resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</li> <li>- Película de controle solar em todos os vidros, nas transparências mínimas permitidas, atendendo aos termos do art. 3º da Resolução do Conselho Nacional do Trânsito nº254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser equipado(s) com todos os itens de série e demais itens de segurança exigidos pela legislação de trânsito e ambiental vigentes com observância especialmente focadas às exigências da Lei nº 8.723 de 28/10/1993, Resolução nº418 de 25/11/2009 e todas as regulamentações CONAMA;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) devidamente emplacado(s) com placa na categoria oficial do Estado de Rondônia, de acordo com as especificações da legislação de trânsito vigente;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) plotado(s), seguindo as medidas e especificações apresentadas no Anexo - II deste Termo de Referência;</li> <li>- Garantia mínima de 03 anos, com assistência técnica e reposição de peças originais disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da(s) assistência(s) técnica(s).</li> </ul>	14			
	Veículo automotor, tipo furgão compacto, 0 (zero) quilômetro, ano de fabricação/modelo não inferior ao ano				

vigente da licitação, com as seguintes especificações:

- Cor branca (original do fabricante);
- Com no mínimo 2 (duas) portas laterais e um acesso ao compartimento de carga;
- Motor bicomustível, gasolina e álcool;
- Motorização a partir de 1.0 turbo ou 1.3;
- Potência mínima de 80 cv em pelo menos um dos combustíveis;
- Câmbio com transmissão manual no mínimo de 6 (seis) marchas, sendo 5 (cinco) à frente e 1 (uma) a ré, automática, ou de tecnologia superior (não admitida automatizada);
- Rodas de liga leve;
- Capacidade do tanque de no mínimo 40L;
- Capacidade de carga útil de até 800kg;
- Capacidade mínima de transporte de 02 (duas) pessoas, incluindo o condutor;
- Ar-condicionado analógico ou digital, em qualquer das hipóteses, que sejam de fábrica;
- Direção com assistência hidráulica ou elétrica;
- Travas e vidros elétricos nas quatro portas com disponibilidade de autonomia aos passageiros individualmente e ao motorista a todas as portas;
- Sistema de alarme antifurto ou dispositivo antifurto com acionamento por controle remoto;
- Sistema de som com no mínimo rádio AM/FM entrada USB, kit multimídia;
- Sensor de estacionamento ou câmera de ré;
- Jogo de tapetes emborrachados;
- Espelhos retrovisores externos com acionamento interno manual ou elétrico;
- Chapa protetora de motor e cárter (peito de aço), salvo recomendação contrária do fabricante;
- Para-brisas: vidros de segurança que atendam aos termos do art. 2º da resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;
- Película de controle solar em todos os vidros, nas transparências mínimas permitidas, atendendo aos termos do art. 3º da Resolução do Conselho Nacional do Trânsito nº254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;
- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser equipado(s) com todos os itens de série e demais itens de segurança exigidos pela legislação de trânsito e ambiental vigentes com observância especialmente focadas às exigências da Lei nº 8.723 de 28/10/1993, Resolução nº418 de 25/11/2009 e todas as regulamentações CONAMA;
- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) devidamente emplacado(s) com placa na categoria oficial do Estado de Rondônia, de acordo com as especificações da legislação de trânsito vigente;
- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) plotado(s), seguindo as medidas e especificações apresentadas no Anexo - II deste Termo de

03

01

	<p>Referência;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantia mínima de 03 anos, com assistência técnica e reposição de peças originais disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da(s) assistência(s) técnica(s).</li> </ul>				
04	<p>Veículo automotor, tipo caminhonete, cabine dupla, 0 (zero) quilômetro, ano de fabricação/modelo não inferior ao ano vigente da licitação, com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cor prata metálica (original do fabricante);</li> <li>- Com 4 (quatro) portas laterais e um acesso ao compartimento de carga;</li> <li>- Motor a diesel;</li> <li>- Potência mínima de 190 cv;</li> <li>- Tração 4x2 ±4x4 e 4x4 reduzida com acionamento por alavanca ou seletor;</li> <li>- Câmbio com transmissão manual no mínimo de 6 (seis) marchas, sendo 5 (cinco) à frente e 1 (uma) a ré, automática, ou de tecnologia superior (não admitida automatizada);</li> <li>- Freios ABS com sistema auxiliar EBD (distribuição eletrônica de força de frenagem);</li> <li>- Air bag: dianteiro e laterais de cortina;</li> <li>- Capacidade do tanque de no mínimo 70L;</li> <li>- Carga útil mínima de 1.000kg;</li> <li>- Com protetor de caçamba;</li> <li>- Capota marítima rígida de fibra náutica ou similar (revestida de lona pevecron ou similar), modelo original ou homologado pelo fabricante;</li> <li>- Rodas de liga leve de 16" ou superior;</li> <li>- Capacidade mínima de transporte de 05 (cinco) pessoas, incluindo o condutor;</li> <li>- Ar-condicionado analógico ou digital, em qualquer das hipóteses, que sejam de fábrica;</li> <li>- Direção com assistência hidráulica ou elétrica;</li> <li>- Travas e vidros elétricos nas quatro portas com disponibilidade de autonomia aos passageiros individualmente e ao motorista a todas as portas;</li> <li>- Sistema de alarme antifurto ou dispositivo antifurto com acionamento por controle remoto;</li> <li>- Central multimídia com gps e câmera de ré integrados ou sistema de som similar que atenda integralmente às funcionalidades da câmera de ré e gps;</li> <li>- Jogo de tapetes emborrachados;</li> <li>- Espelhos retrovisores externos com acionamento interno manual ou elétrico;</li> <li>- Chapa protetora de motor e cárter (peito de aço), salvo recomendação contrária do fabricante;</li> <li>- Para-brisas: vidros de segurança que atendam aos termos do art. 2º da resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</li> <li>- Película de controle solar em todos os vidros, nas transparências mínimas permitidas, atendendo aos</li> </ul>	05			

<p>termos do art. 3º da Resolução do Conselho Nacional do Trânsito nº254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser equipado(s) com todos os itens de série e demais itens de segurança exigidos pela legislação de trânsito e ambiental vigentes com observância especialmente focadas às exigências da Lei nº 8.723 de 28/10/1993, Resolução nº418 de 25/11/2009 e todas as regulamentações CONAMA;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) devidamente emplacado(s) com placa na categoria oficial do Estado de Rondônia, de acordo com as especificações da legislação de trânsito vigente;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) plotado(s), seguindo as medidas e especificações apresentadas no Anexo - II deste Termo de Referência;</li> <li>- Garantia mínima de 03 anos, com assistência técnica e reposição de peças originais disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da(s) assistência(s) técnica(s).</li> </ul>				
<p>Veículo automotor, tipo VUC – veículo urbano de carga, 0 (zero) quilômetro, ano de fabricação/modelo não inferior ao da licitação, com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cor branca (original do fabricante);</li> <li>- Com 2 (duas) portas laterais;</li> <li>- Motor a diesel;</li> <li>- Potência mínima de 130 cv;</li> <li>- Capacidade do tanque de no mínimo 65L;</li> <li>- A carroceria deve possuir estrutura, tipo baú, para cargas secas, com teto levemente arqueado para evitar acúmulo de água, com uma porta na lateral direita e uma traseira bi-partida com abertura total, fabricado em alumínio, com ripamento interno em aço, com pintura eletrostática a pó com proteção anticorrosão, assoalho em compensado naval de 15mm, iluminação interna embutida, com dimensões máximas: largura de 2,20m, altura até 2m e comprimento de até 5,50m (obedecendo as dimensões máximas do veículo), a carroceria deverá ser projetada e fabricada conforme todas as normas vigentes e deverá atender as portarias e resoluções do CONTRAN, DETRAN, DENATRAN e demais órgãos reguladores do setor;</li> <li>- Carga útil mínima de 1385kg;</li> <li>- Capacidade mínima de transporte de 02 (duas) pessoas, incluindo o condutor;</li> <li>- Ar-condicionado analógico ou digital, em qualquer das hipóteses, que sejam de fábrica;</li> <li>- Direção com assistência hidráulica ou elétrica;</li> <li>- Controle de tração 4x2;</li> <li>- Controle de estabilidade;</li> <li>- Câmbio com transmissão manual no mínimo de 6 (seis) marchas, sendo 5 (cinco) à frente e 1 (uma) a</li> </ul>				

05	<p>ré, automática, ou de tecnologia superior (não admitida automatizada);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Travas e vidros elétricos nas duas portas com disponibilidade de autonomia ao passageiro individualmente e ao motorista a todas as portas;</li> <li>- Sistema de alarme antifurto ou dispositivo antifurto com acionamento por controle remoto;</li> <li>- Sistema de som com no mínimo rádio AM/FM entrada USB, kit multimídia;</li> <li>- Jogo de tapetes emborrachados;</li> <li>- Espelhos retrovisores externos com acionamento interno manual ou elétrico;</li> <li>- Roda em aço, de no mínimo 15”;</li> <li>- Chapa protetora de motor e cárter (peito de aço), salvo recomendação contrária do fabricante;</li> <li>- Para-brisas: vidros de segurança que atendam aos termos do art. 2º da resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</li> <li>- Película de controle solar em todos os vidros, nas transparências mínimas permitidas, atendendo aos termos do art. 3º da Resolução do Conselho Nacional do Trânsito nº254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser equipado(s) com todos os itens de série e demais itens de segurança exigidos pela legislação de trânsito e ambiental vigentes com observância especialmente focadas às exigências da Lei nº 8.723 de 28/10/1993, Resolução nº418 de 25/11/2009 e todas as regulamentações CONAMA;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) devidamente emplacado(s) com placa na categoria oficial do Estado de Rondônia, de acordo com as especificações da legislação de trânsito vigente;</li> <li>- O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) plotado(s), seguindo as medidas e especificações apresentadas no Anexo - II deste Termo de Referência;</li> <li>- Garantia mínima de 03 anos, com assistência técnica e reposição de peças originais disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da(s) assistência(s) técnica(s).</li> </ul>	01			
----	---	----	--	--	--

<b>Carimbo do CNPJ/CPF-ME:</b>	Local:	Responsável pela cotação da Empresa:	Valor da Proposta:
	Data:	Fone:	Validade da Proposta:
		Assinatura:	Responsável pela cotação - DPE/RO:



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Cristiano Saraiva Fernandes, Assessor I**, em 21/07/2022, às 08:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0073447** e o código CRC **457F6F41**.

---

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.101003.2022.

Documento SEI nº 0073447v2





DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento  
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

**Processo nº:** 3001.101003.2022

**Tipo:** Licitação

**Assunto:** P. A. Físico: 3001.0805.2020 - Aquisição de veículos para substituição parcial da frota atual.

**ANEXO - SGAP/SGAP-CPCL**

**ANEXO II**

**ESTIMATIVA DE PREÇOS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	PREÇO MÉDIO UNIT (R\$)	PREÇO MÁXIMO (R\$)
01	Veículo, tipo sedã compacto, com transmissão automática e direção hidráulica obrigatórios, seguindo as especificações mínimas contidas no item I do Anexo – I.	Unid.	01	117.243,33	117.243,33
02	Veículo, tipo sedã compacto, seguindo as especificações mínimas contidas no item 02 do Anexo – I.	Unid.	14	107.481,67	1.504.743,38
03	Veículo, tipo furgão compacto, seguindo as especificações mínimas contidas no item 03 do Anexo – I.	Unid.	01	119.166,67	119.166,67
04	Veículo, tipo caminhonete cabine dupla, seguindo as especificações mínimas contidas no item 04 do Anexo – I.	Unid.	05	268.875,0	1.344.375,00
05	Veículo urbano de carga (VUC), seguindo as especificações mínimas contidas no item 05 do Anexo – I.	Unid.	01	251.725,00	251.725,00
<b>TOTAL</b>					<b>3.337.253,38</b>

**Obs.:** Os valores acima foram extraídos da Pesquisa de Preços id. 0055467.



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Pregoeiro(a)**, em 05/07/2022, às 13:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 05/07/2022, às 13:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 05/07/2022, às 13:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0068573** e o código CRC **64D78D28**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.101003.2022.

Documento SEI nº 0068573v2



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento  
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

**Processo nº:** 3001.101003.2022

**Tipo:** Licitação

**Assunto:** P. A. Físico: 3001.0805.2020 - Aquisição de veículos para substituição parcial da frota atual.

## ANEXO - SGAP/SGAP-CPCL

### ANEXO III

## MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(apresentar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2022/CPCL/DPE/RO

EDITAL Nº 017/2022/CPCL/DPE/RO

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - DPE/RO

Prezados Senhores:

Apresentamos a V. S<sup>a</sup>., nossa proposta de preços pelo valor global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), nos termos do edital e seus anexos, conforme quadro abaixo:

### DO OBJETO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA / MODELO / FABRICANTE	PREÇO UNIT (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)

<b>01</b>	Veículo, tipo sedã compacto, com transmissão automática e direção hidráulica obrigatórios, seguindo as especificações mínimas contidas no item I do Anexo – I.	Unid.	01			
<b>02</b>	Veículo, tipo sedã compacto, seguindo as especificações mínimas contidas no item 02 do Anexo – I.	Unid.	14			
<b>03</b>	Veículo, tipo furgão compacto, seguindo as especificações mínimas contidas no item 03 do Anexo – I.	Unid.	01			
<b>04</b>	Veículo, tipo caminhonete cabine dupla, seguindo as especificações mínimas contidas no item 04 do Anexo – I.	Unid.	05			
<b>05</b>	Veículo urbano de carga (VUC), seguindo as especificações mínimas contidas no item 05 do Anexo – I.	Unid.	01			
<b>TOTAL</b>						

**Prazo de validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias.

**Prazo de entrega:** até 90 (trinta) dias corridos, após o recebimento da Nota de Empenho, conforme edital.

**DADOS DO PROPONENTE:**

<b>Razão Social:</b>	
<b>CNPJ:</b>	<b>Telefone/Celular:</b>
<b>Endereço:</b>	<b>CEP:</b>
<b>E-mail:</b>	

**DADOS DO REPRESENTANTE DA EMPRESA:**

<b>Nome:</b>
--------------

<b>Endereço:</b>		
<b>CEP:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>UF:</b>
<b>CPF:</b>	<b>Cargo/Função:</b>	
<b>RG nº.:</b>	<b>Expedido por:</b>	
<b>Naturalidade:</b>	<b>Nacionalidade:</b>	

**DADOS BANCÁRIOS:**

<b>Banco:</b>
<b>Conta Corrente:</b>
<b>Agência:</b>

Declaramos conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital deste pregão, apresentamos nossa proposta de preços para fornecimento do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Declaramos que proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declaramos, sob as penas da Lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaramos, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Declaramos que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todos os tipos de comunicação oficial, inclusive notificações, comprometendo-me sempre a mantê-lo atualizado junto à DPE/RO.

(Local)....., de 2022.

.....  
(Assinatura do representante legal e carimbo)



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Pregoeiro(a)**, em 05/07/2022, às 13:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 05/07/2022, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 05/07/2022, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0068575** e o código CRC **31823B53**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.101003.2022.

Documento SEI nº 0068575v2



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento  
Comissão Permanente de Compras e Licitação  
Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

**Processo nº:** 3001.101003.2022

**Tipo:** Licitação

**Assunto:** P. A. Físico: 3001.0805.2020 - Aquisição de veículos para substituição parcial da frota atual.

## **ANEXO - SGAP/SGAP-CPCL**

### **ANEXO IV**

#### **MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** Nº 000/2022/DPE-RO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº** 026/2022/CPCL/DPE/RO

**PROCESSO SEI:** 3001.101003.2022

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - DPE/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.072.076/0001-95, com sede na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho - RO, neste ato representada pela Secretária-Geral de Administração e Planejamento, Sra. **Beatriz de Andrade Chaves**, nomeada pela Portaria nº 0413/2021-GAB/DPE de 27 de abril de 2021, publicada no DOE-DPERO n.º 481, ano III, de 28 de abril de 2021, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s), firmam a presente Ata de Registro de Preços, nos termos das Lei nº 8.666/93 e Decreto Estadual 18.340/2013, suas respectivas alterações e demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia**, conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no edital e seus anexos.

#### **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

**2.1.** A ata de registro de preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contada da data da publicação do extrato no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

**2.2.** A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o artigo 57 da Lei 8.666, de 1993, conforme Decreto Estadual nº 18.340/13.

#### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE**

**3.1.** É órgão gerenciador e participante desta ata de registro de preços a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

## CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1. Os preços registrados por item, especificações, quantidade, licitante(s) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

**Primeira classificada:**

<b>Empresa:</b>		<b>CNPJ:</b>	
<b>Endereço:</b>			
<b>E-mail:</b>		<b>Fone: (XX)</b>	<b>Celular: (XX)</b>
<b>Representante:</b>		<b>RG:</b>	<b>CPF:</b>

**Segunda classificada:**

<b>Empresa:</b>		<b>CNPJ:</b>	
<b>Endereço:</b>			
<b>E-mail:</b>		<b>Fone: (XX)</b>	<b>Celular: (XX)</b>
<b>Representante:</b>		<b>RG:</b>	<b>CPF:</b>

**Preços registrados:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA/MODELO/FABRICANTE	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
<b>TOTAL DA ATA</b>						

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS, LOCAL, CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

5.1. Conforme indicados nos itens **05** e **06** do termo de referência.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Conforme disposto no item **08** do termo de referência.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado obedecendo ao disposto no item **09** do termo de referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas no item **11** do Termo de Referência.



## **9. CLAUSULA NONA - DO SISTEMA ORÇAMENTARIO**

**9.1.** Os recursos orçamentários para dar cobertura à realização da despesa estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício **2022**, por meio da programação: **30.011.03.122.2046.1026**; Natureza da despesa: **4.4.90.52**; Fonte: **0230/0630**; Unidade orçamentária: **30011 - Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia - FUNDEP**.

## **10. CLÁUSULA DEZ - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

**10.1.** Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, Municipal ou Distrital que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

**10.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**10.3.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**10.4.** As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**10.5.** Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

## **11. CLÁUSULA ONZE - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**11.1.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 1993.

**11.2.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços.

**11.2.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**11.2.2.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**11.3.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**11.3.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

**11.3.2.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**11.3.3.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**11.4.** Será admitida solicitação de revisão de preços de que trata o item **11.3**, quando tratar-se de produto cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público, depois de cumprido o disposto no inciso item **11.3.2**.

**11.4.1.** A revisão de preços prevista no subitem anterior poderá ser efetivada mediante requerimento do detentor da ata, que deverá fazê-lo antes do pedido de fornecimento e, deverá instruir o pedido com a documentação probatória de majoração do preço do mercado e a oneração de custos.

**11.5.** Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

**11.5.1.** A revisão de preços prevista no subitem anterior precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

**11.5.2.** Comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ata; os preços poderão ser revisados conforme disposto no subitem **11.5.**

**11.5.3.** Comprovada a minoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da ata convocará os licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em adequar o preço registrado em ata, de modo que o órgão, mediante análise de vantajosidade e probidade das licitantes, poderá realizar, a seu critério técnico, os trâmites administrativos cabíveis para o cancelamento do item da ata.

**11.5.4.** A revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

## **12. CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** A presente Ata de Registro de Preços vincula-se ao edital, anexos e a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) do Pregão Eletrônico que originou o presente documento.

**12.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

**12.3.** Os casos omissos regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**12.4.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

**12.5.** O extrato da presente Ata será publicado no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

**12.6.** Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

## **13. CLÁUSULA TREZE - DO FORO**

**13.1.** Fica eleito o foro da comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer dúvidas que surgirem da execução da presente Ata.

Porto Velho - RO, na data da assinatura eletrônica.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Beatriz de Andrade Chaves

**NOME DA EMPRESA**

.....  
Representante legal da empresa



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Pregoeiro(a)**, em 05/07/2022, às 13:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 05/07/2022, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 05/07/2022, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0068579** e o código CRC **790D9681**.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento  
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

**Processo nº:** 3001.101003.2022

**Tipo:** Licitação

**Assunto:** P. A. Físico: 3001.0805.2020 - Aquisição de veículos para substituição parcial da frota atual.

## ANEXO - SGAP/SGAP-CPCL

### ANEXO V

#### MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO Nº** \_\_\_\_/2022/DPE-RO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº** 026/2022/CPCL/DPE/RO

**PROCESSO SEI:** 3001.101003.2022

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA E A EMPRESA \_\_\_\_\_, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

**CONTRATANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, denominada DPE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.072.076/0001-95, com sede na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho - RO, neste ato representado pelo **Defensor Público-Geral do Estado**, Dr. \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade de nº \_\_\_\_\_ SSP/- \_\_\_ e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº \_\_\_\_\_, nomeado pelo Decreto nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

**CONTRATADA:** Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na Av. \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu representante legal Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, de acordo com os poderes de administração concedidos no contrato social / no requerimento de empresário individual / na representação legal que lhe é outorgada por procuração.

O presente contrato se regerá pelas disposições da Lei nº 8.666/1993, suas respectivas alterações e demais legislações vigentes, atendidas as cláusulas e condições que se seguem:

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente Contrato é o **fornecimento de veículos automotores para atender as demandas da Defensoria Pública do Estado de Rondônia**, mediante fornecimento total, conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no termo de referência, no edital e seus anexos, cujos elementos a integra.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DO RESJUTE**

**2.1.** O valor total do presente Contrato importa em R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**2.2.** Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

**3.1.** O prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, sem prejuízo da garantia e assistência técnica estabelecida no edital.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**4.1.** A Contratada deverá apresentar a garantia de execução em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/1993, no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do instrumento contratual, com validade mínima de **30 (trinta) dias** após o prazo programado para a entrega definitiva do objeto contratual.

**4.2.** Sem prejuízo das responsabilidades por perdas e danos, a garantia reverterá à Contratante no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da contratada, após decisão fundamentada em processo administrativo para apuração dos fatos.

**4.3.** A Contratante reserva-se ao direito de reter e; ou executar a garantia bem como dela descontar das importâncias necessárias a reparar qualquer dano eventualmente causado pela Contratada.

**4.4.** A garantia prestada pela empresa Contratada, somente ser-lhe-á devolvida, após o recebimento definitivo do objeto.

**4.5.** A Contratante se reserva o direito de a qualquer tempo, descontar da caução e/ou demais garantias prestadas, toda e qualquer importância que for devida pela Contratada, por descumprimento ou infringência das cláusulas ajustadas no presente instrumento de avença.

## **5 . CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO**

**5.1.** Conforme local, prazos e condições minuciosamente detalhados nos itens **05 e 06** do termo de referência.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**6.1.** Conforme descrito no item **07** do termo de referência.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**7.1.** Conforme descrito no item **08** do termo de referência.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

**8.1.** O pagamento será feito conforme disposto no item **09** do termo de referência.

## **9. CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas no item **11** do Termo de Referência.

## **10. CLÁUSULA DEZ - DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO**

**10.1.** As despesas decorrentes do presente Processo ocorrerão à conta do Programa de Trabalho n **30.011.03.122.2046.1026**, Fonte do Recurso: **0230/0630**, cujo valor está devidamente reservado pela Pré-Empenho nº **2022PE00XXX** e Nota de Empenho nº **2022NE00XXX**, elemento de despesa **34.4.90.52**.

**10.2.** As despesas para o exercício subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento à presente finalidade, por conta dos recursos consignados a Defensoria Pública do Estado de Rondônia pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia, e sua devida identificação no início de novo exercício financeiro será objeto de apostilamento ao contrato.

## **11. CLÁUSULA ONZE - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**11.1.** Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65, da Lei nº 8.666/1993, desde que haja interesse da Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

## **12. CLÁUSULA DOZE - DA RESCISÃO**

**12.1.** A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a possibilidade de sua rescisão, a critério da Administração, conforme disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993, sendo devidamente motivada nos autos do processo e assegurado o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO.

**12.2.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993

## **13. CLÁUSULA TREZE – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**13.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993 e Regulamento nº 021/2018/DPG/DPE/RO, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**13.2.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) Contratada(s), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material(is) inadequado(s) ou de qualidade(s) inferior(es), e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

**13.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 14. CLÁUSULA QUATORZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O presente Contrato vincula-se ao edital, anexos e a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) do Pregão Eletrônico que originou o presente documento.

14.2. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de e-mail corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pelo fornecedor.

14.2.1. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

14.3. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ao presente Contrato.

14.4. Os casos omissos regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

14.5. O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

## 15. CLÁUSULA QUINZE - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer dúvidas que surgirem da execução do presente Contrato.

15.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Porto Velho - RO, na data da assinatura.

### DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

.....  
Defensor Público-Geral do Estado

### NOME DA EMPRESA

.....  
Representante legal da empresa



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Pregoeiro(a)**, em 05/07/2022, às 13:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 05/07/2022, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 05/07/2022, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0068596** e o código CRC **C1BBAA19**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.101003.2022.

Documento SEI nº 0068596v2